

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.120.060 - SC (2017/0149305-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
EMBARGANTE : **ADAMI PRODUTOS TÊXTEIS LTDA**
ADVOGADOS : **MARCELLUS AUGUSTO DADAM - SC006111**
RICARDO LUIS BELLI - SC008225
DANIEL KRIEGER - SC019722
DAVI CESAR DA SILVA - SC026951
ADVOGADOS : **JULIANA FISCHER MONTENEGRO DE OLIVEIRA - SC024520**
LEANDRO TEIXEIRA - SC031029B
SCHEILA MURITA ZINK - SC029547
VINICIUS SCHÜTZ BENNERT - SC040677
EMBARGADO : **MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A**
ADVOGADOS : **INGRID BING MOREIRA - RS050638**
GIANNA OCHOA TAGLIARI - RS084323
PAULO ANTÔNIO MÜLLER - SC030741A
JULIANA ADELITA SEVERO DE SOUZA - SC032839
MARCO AURELIO MELLO MOREIRA E OUTRO(S) - SC030589

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO DO JULGADO SOBRE A APLICAÇÃO DE MULTA POR RECURSO PROTETATÓRIO. OMISSÃO VERIFICADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS, SEM EFEITOS MODIFICATIVOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por ADAMI PRODUTOS TÊXTEIS Ltda. à decisão de fls. 641-649 (e-STJ) assim ementada:

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO EXTRAJUDICIAL. AUSÊNCIA DE CONDIÇÕES DA AÇÃO. APLICAÇÃO DO EFEITO TRANSLATIVO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. ENTENDIMENTO DE ACORDO COM ESTA CORTE DE JUSTIÇA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Sustenta a parte embargante omissão na decisão embargada, haja vista não ter se manifestado em relação ao pedido feito na contraminuta de agravo, em que pugnou

Superior Tribunal de Justiça

pela condenação às sanções pela evidente litigância de má-fé, nos termos do art. 80, VII, e 81 do Código de Processo Civil de 2015, diante do manifesto cunho protelatório do recurso interposto pela ora embargada.

Impugnação às fls. 659-666 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Com razão a embargante, porquanto não houve manifestação na decisão embargada sobre a alegada litigância de má-fé pela parte contrária, suscitada na peça de contraminuta, em que foi requerida, na oportunidade, a condenação ao pagamento de multa.

Todavia, o pleito não merece guarida, pois, conforme entendimento desta Corte, a interposição de recursos cabíveis não implica em "litigância de má-fé nem ato atentatório à dignidade da justiça, ainda que com argumentos reiteradamente refutados pelo Tribunal de origem ou sem alegação de fundamento novo" (AgRg nos EDcl no REsp n. 1.333.425/SP, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, DJe 4/12/2012).

Assim, a interposição pela ora embargada, no caso, do recurso especial e, diante de sua inadmissão, do agravo nos próprios autos, recursos legalmente previstos no ordenamento jurídico, não configura litigância de má-fé.

Impõe-se ressaltar, ademais, que, a despeito de o novo Código de Processo Civil permitir o seu exame, de ofício, isso somente é possível quando há manifesta caracterização de litigância de má-fé ou procrastinação da parte, o que não se verifica na hipótese.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração para sanar a omissão apontada, mas sem efeitos modificativos.

Publique-se.

Brasília, 19 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator